

De portas abertas

Em dez meses, o Portal da Assembléia Legislativa teve um milhão de acessos; participação do cidadão nas ações parlamentares será ampliada



Com menos de seis meses de existência, o Portal da Assembléia Legislativa já havia passado por reformulação do design de suas páginas para tornar a navegação mais agradável ao usuário. A Mesa Diretora participou das discussões sobre as mudanças.

A internet reduziu as distâncias, ampliou o acesso às informações, alterou a sensação temporal, enfim, tornou-se fator preponderante no processo de transformação das relações sociais. Não há, portanto, como as instituições políticas fugirem da necessidade de se adaptarem ao que se convencionou chamar de ciberespaço. Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento tecnológico favorece o Poder Legislativo, por conta das suas especificidades, no cumprimento da missão de aumentar a transparência de suas ações e intensificar a participação das pessoas nos processos de discussão e debate de questões de interesse da comunidade.

Desde março de 2005, os internautas têm à sua disposição uma ferramenta importante para acompanhar o dia-a-dia do Parlamento paulista –o Portal da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (www.al.sp.gov.br). Como diz Tania Rodrigues Mendes, coordenadora do Comitê Executivo do projeto, o portal “deve ser um instrumento de melhoria da democracia ao facilitar a interação dos representados com seus representantes, potencializando as qualidades oferecidas pela internet e administrando os riscos dessas novas formas de relacionamento. Nesse sentido, é entendido e gerido como ação político-pedagógica de fortalecimento da cidadania”.

Interatividade, resalta Tania, é o contato amplo e irrestrito entre a Assembléia e o cidadão, entre este e o parlamentar e entre os funcionários que servem o Poder Legislativo.

Em menos de um ano no ar, o Portal registrou mais de um milhão de acessos. Já estão à disposição do público várias informações sobre o funcionamento da Assembléia, o que revela o compromisso da Mesa Diretora com a transparência nas ações dos parlamentares. Por meio do seu computador, quem quiser pode:

- Verificar a prestação de contas de cada gabinete e os relatórios de gestão fiscal da Assembléia,
- Buscar todas as ações dos deputados por meio de sua página,
- Se informar sobre as votações em Plenário,
- Acompanhar a presença em Comissões e ler suas atas,
- Conhecer a Ordem do Dia de sessões extraordinárias, disponíveis imediatamente após a sua convocação,
- Seguir a íntegra das sessões,
- Conferir a agenda de atividades da Casa,
- Utilizar o sistema de emendas on

line ao projeto de lei orçamentária,

- Acompanhar as audiências públicas sobre o Orçamento do Estado, e o seu desenrolar, com a publicação quase imediata das sugestões e acesso às emendas propostas.

Além da área parlamentar, o Portal pode garantir ampla transparência na administração da Assembléia Legislativa, com a divulgação de contratos, despesas com fornecedores, gastos com pessoal etc..

Uma das formas encontradas para assegurar o crescente aumento de informações a respeito da atividade da Casa foi permitir que os parceiros do Parlamento paulista interajam na produção de conteúdos e nas discussões para melhorar o uso da ferramenta, com a sugestão de alterações e novas atividades.

Em 2005, as contribuições do Movimento Voto Consciente, por exemplo, foram muito positivas e decisivas na construção do Portal. No Brasil, a organização é uma das pioneiras no acompanhamento da atividade parlamentar. Além de apresentar sugestões consistentes, seus integrantes atuam como críticos da usabilidade da ferramenta. Em 2006, a parceria deve se estender à criação de um fórum de debates, no endereço eletrônico do Legislativo paulista, moderado pelo Voto Consciente.

A exemplo desse fórum, outras iniciativas estão planejadas para serem implantadas a curto prazo com o objetivo de ampliar a interatividade. São elas:

- Criação de enquetes, chats e mural,
- Divulgação permanente e interativa das estatísticas do Portal,
- Ampliação da capacidade de emendas e outras propostas on line,
- Melhoria dos sistemas de atendimentos “Fale Conosco” e “Relate problemas”, com a criação de base de da- ▶▶

dos com as perguntas mais freqüentes e e-mail unificado,

- Implantação do canal de acesso “Administração” para o relacionamento com fornecedores e também para ampliar a transparência.

Devem ser produzidos, ainda, os conteúdos especiais para ativar o canal de acesso “Alesp Fácil: saiba como e use bem”, previsto na arquitetura de informações elaborada em janeiro de 2005 e que reunirá tutoriais sobre o Portal, o Poder Legislativo, cartilhas, glossário de termos típicos do processo legislativo e tour virtual.

“A estruturação do Portal da Assembleia, a elaboração da arquitetura de informações e a organização dos conteúdos são feitas sempre a partir da lógica de busca do usuário, e não do organograma do Legislativo estadual, da classificação de suas atribuições ou do linguajar dos especialistas do Parlamento. O foco está no usuário”, destaca a coordenadora do Comitê Executivo. Esse princípio que orienta a especificação e escolha de ferramentas faz com que todos, inclusive os cidadãos, sejam considerados, simultaneamente, autores e usuários. A articulação desses agentes se dá por meio de uma rede de comunicação distribuída, descentralizada e desconcentrada. Dessa forma, não existe uma única fonte emissora, como ocorre nas mídias tradicionais. “O Portal funciona como um sistema de informações e como instrumento de organização dos saberes e dos processos de uma instituição”, afirma Tania.

A estruturação do Portal envolve o planejamento de conteúdo e de vários processos internos da Assembleia Legislativa. Isso pressupõe a colaboração direta de vários setores da Casa, o que permite que um volume muito maior de informações possa

ser posto à disposição do público com grande rapidez.

Gerir esse processo é atribuição do Comitê Executivo do Projeto Portal, vinculado à Mesa Diretora. O organismo é composto por representantes das diversas áreas produtoras dos conteúdos e de funcionários da área de informática.

A própria forma de gestão compartilhada que fundamenta a atividade do comitê é um importante instrumento de modernização e de transparência na administração do Poder Legislativo. Pode ser considerado um processo típico, tanto de gestão do conhecimento quanto de governo eletrônico, utilizando matriz de responsabilidades e ferramentas de tecnologia da informação especializadas em coordenação de projetos.

A implantação da matriz de responsabilidade permite visualizar e identificar, de forma detalhada, todos os conteúdos do Portal, os responsáveis pela produção e atualização, e a forma como são publicados.

Na reflexão que faz sobre o lugar a ser ocupado pelo Legislativo no ciberespaço, o Comitê Executivo do Portal tem dado atenção especial ao debate sobre a interatividade entre representantes e representados.

O relacionamento de mão dupla entre deputados e cidadãos pode atingir amplitude e complexidade nunca promovidas pelos meios tradicionais de comunicação. Essa relação é, acima de tudo, política. É esse o parâmetro que deve calibrar, portanto, o desenvolvimento de novas formas de realização das atividades parlamentares.

As tecnologias de informação e comunicação, por exemplo, já permitem até aos deputados a votação à distância, com o uso da certificação digital e o necessário resguardo dos direitos e



Página de abertura do Portal da Assembleia Legislativa

das prerrogativas políticas dos representantes e dos representados. Todo esse desenvolvimento tecnológico oferece, às pessoas, inúmeras novas formas de diálogo e de acesso ao conhecimento e aos representantes. No âmbito do Legislativo, isso impõe o domínio pleno da técnica, muito esforço e

muita atenção para garantir que as novas formas de exercício da representação política não eliminem direitos ou desconsiderem os cidadãos. Um outro fator importante a ser considerado que é a enorme exclusão digital que se verifica ainda no Brasil. De acordo com o IBGE (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2004, 17,5% dos domicílios do país possuíam computador, e apenas 13,2% tinham acesso à internet. Por isso, não dá para imaginar, no médio prazo, o aproveitamento de todas as potencialidades do Portal da Assembleia, já que a imensa maioria dos paulistas, especialmente os de baixa renda, não têm acesso à rede mundial de computadores.

Mesmo assim, o Comitê Executivo entende que o conteúdo a ser oferecido aos que acessam a rede mundial de computadores, deva ser de compreensão de todos –do mais letrado ao de menor escolaridade. É uma tarefa árdua, pois quanto mais simples o Portal for para o usuário, mais trabalho de produção de conteúdos, desenvolvimento de sistemas e gestão é requisitado para a sua implementação.

Não há mágica. Por trás de cada atividade realizada ou de cada novidade implantada, há todo um trabalho de “carpintaria institucional”, de desenvolvimento de software, de inteligência aplicada por todos os participantes e, especialmente, de reflexão sobre os condicionantes políticos e culturais e sobre a garantia de direitos. A técnica também não é neutra. Ao incentivar a participação dos cidadãos e criar canais de diálogo, por exemplo, alguém terá que responder às questões. Esse alguém é gente e não máquina.

Diante dessas condicionantes, ressalta Tania, “o desafio é calibrar o andamento do projeto de modo a passar, o menos dolorosamente possível, da situação que estamos hoje para o horizonte de pleno funcionamento do Portal, que é um processo constante e deve ser feito com qualidade, inclusive servindo de instrumento para a elaboração participativa de uma política pública de inclusão digital”. ■